

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E  
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00921/2016)



**DEVEDOR**

<b>Ente Federativo/UF:</b>	Itaúna/MG	<b>CNPJ:</b>	18.309.724/0001-67
<b>Endereço:</b>	Praça Dr. Augusto Gonçalves, 538	<b>CEP:</b>	35680-054
<b>Bairro:</b>	Centro	<b>Fax:</b>	(037) 3241-1895
<b>Telefone:</b>	(037) 3241-1212		
<b>E-mail:</b>	gabinete@itauna.mg.gov.br		
<b>Representante legal:</b>	Osmundo Pereira da Silva	<b>Complemento:</b>	
<b>CPF:</b>	127.083.216-68	<b>Data início da gestão:</b>	01/01/2013
<b>Cargo:</b>	Prefeito		
<b>E-mail:</b>	imp@nwnet.com.br		

**CREDOR**

<b>Unidade Gestora:</b>	Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Itaúna	<b>CNPJ:</b>	00.124.513/0001-04
<b>Endereço:</b>	Rua João de Cerqueira Lima, 167	<b>CEP:</b>	35680-063
<b>Bairro:</b>	Centro	<b>Fax:</b>	(037) 3249-3768
<b>Telefone:</b>	(037) 3249-3766		
<b>E-mail:</b>	diretoria@impitauna.com.br	<b>Complemento:</b>	Geral
<b>Representante legal:</b>	Célio Gonçalves de Freitas	<b>Data início da gestão:</b>	02/01/2013
<b>CPF:</b>	363.690.396-91		
<b>Cargo:</b>	Diretor		
<b>E-mail:</b>	imp@nwnet.com.br		

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Municipal nº 4.175, de 16-02-2007; e Lei Municipal nº 4.406, de 01-09-2009 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

**Cláusula Primeira - DO OBJETO**

O Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Itaúna - IMP é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Itaúna da quantia de R\$ 2.440.200,67 (dois milhões e quatrocentos e quarenta mil e duzentos reais e sessenta e sete centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 06/2016 a 10/2016, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Itaúna confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

**Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO**

O montante de R\$ 2.440.200,67 (dois milhões e quatrocentos e quarenta mil e duzentos reais e sessenta e sete centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 40.670,01 (quarenta mil e seiscentos e setenta reais e um centavo) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 40.670,01 (quarenta mil e seiscentos e setenta reais e um centavo), vencerá em 07/01/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

**Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES**

Os valores devidos foram atualizados pelo IGP-M acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº Lei Munic. nº 4.175/2007 e Lei Munic.º 4.409/2009.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IGP-M acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E  
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV N° 00921/2016)**



desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IGP-M acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

**Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM**

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

**Cláusula Quinta - DA RESCISÃO**

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

**Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE**

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

**Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE**

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

**Cláusula Oitava - DO FORO**

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Itaúna - MG / 07/12/2016

Prefeitura Municipal de Itaúna  
Osmando Pereira da Silva  
Prefeito Municipal de Itaúna-MG

Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públcos de Itaúna - IMP

Célio Gonçalves de Freitas

**Célio Gonçalves de Freitas**

Diretor Geral do IMP

Mat.59

**Testemunhas:**

HELTON JOSÉ TAVARES DA CUNHA

OFICIAL ADMINISTRATIVO

CPF: 995.775.346-00

RG: M7491297

VANILDA NOGUEIRA MILEIB

CONTABILISTA

CPF: 040.511.746-97

RG: MG10429728



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
Secretaria de Políticas de  
Previdência Social

## DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ:	18.309.724/0001-87	Número do acordo:	00921/2016	Data de consolidação do Termo:	01/12/2016
Ente:	Prefeitura Municipal de Itaúna / MG	Ente:	—	Data de assinatura do Termo:	07/12/2016
Titulo:	Patronal de junho, julho, agosto, setembro e outubro/2016	Titulo:	—	Data de vencimento da 1ª	07/01/2017
Lei autorizativa do parcelamento:	Lei Municipal nº 4.175, de 16-02-2007; e Lei Municipal nº 4.406, de 01-09-2009				

### 2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica:	Contribuição Patronal	Competência:	06/2016	Final:	10/2016	Diferença apurada atualizada:	2.440.200,67	Quantidade de Parcelas:	60
Diferença apurada:	2.350.426,52	Valor da parcela na data de consolidação:	40.670,01						
Critérios de atualização para consolidação do débito:									
Índice:	IGP-M	Taxa de juros:	0,50 am	Tipo de juros:	Simples	Multa:	2,00 %		
Critérios de atualização das parcelas vincendas:									
Índice:	IGP-M	Taxa de juros:	0,50 am	Tipo de juros:	Simples				
Critérios de atualização das parcelas vencidas:									
Índice:	IGP-M	Taxa de juros:	0,50 am	Tipo de juros:	Simples	Multa:	2,00 %		

### 3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%) VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
06/2016	468.360,11	1,69	0,66	3.091,18	2,50	11.786,28
07/2016	470.288,06	0,18	0,48	2.257,38	2,00	9.450,91
08/2016	472.182,86	0,15	0,33	1.558,20	1,50	7.106,12
09/2016	468.796,95	0,20	0,13	609,44	1,00	4.694,06
10/2016	470.798,54	0,16	-0,03	-141,24	0,50	2.353,29
<b>TOTAL:</b>	<b>2.350.426,52</b>			<b>7.374,96</b>		<b>35.390,66</b>
						<b>47.008,53</b>





## DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

### 4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Itaúna / MG - 18.309.724/0001-87  
Representante Legal: 127.083.216-68 - Osmarão Pereira da Silva

UNIDADE GESTORA: Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Itaúna - IMP - 00.124.513/0001-04  
Representante Legal: 363.690.396-91 - Célio Gonçalves de Freitas

### TESTEMUNHAS:

Nome: HELTON JOSÉ TAVARES DA CUNHA  
Cargo: OFICIAL ADMINISTRATIVO  
CPF: 995.775.346-00

Data: 01/12/2016 Assinatura: \_\_\_\_\_  
Representante Legal: Osmarão Pereira da Silva  
Prefeito Municipal de Itaúna-MG

Data: 01/12/2016 Assinatura: \_\_\_\_\_  
Representante Legal: Célio Gonçalves de Freitas

Célio Gonçalves de Freitas  
Diretor Geral do IMP  
Mat.59

Nome: VANESSA NOGUEIRA MILEIB

Cargo: CONTABILISTA  
CPF: 040.511.746-97





# Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art M, XX II



## LEI Nº 4.406, DE 1º DE SETEMBRO DE 2009

*Altera dispositivo da Lei nº 4.175, de 16 de fevereiro de 2007, e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a presente lei:

**Art. 1º** O § 5º do artigo 99 da Lei nº 4.175, de 16 de fevereiro de 2007, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Itaúna, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 99. (...)

§ 5º A ausência do recolhimento no prazo legal estabelecido no parágrafo § 6º, do artigo 100, implicará a incidência de multa de até 2% (dois por cento) pró-rata dia sobre o valor do débito em atraso, além de correção monetária, pelo índice IGPM e juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, no regime de capitalização simples, sobre o valor original."

**Art. 2º** O § 3º do artigo 99 da Lei nº 4.175, de 16 de fevereiro de 2007, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Itaúna, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 99. (...)

§ 3º Ouvido o Poder Legislativo Municipal e o Conselho Administrativo, poderá o Instituto de Previdência, na forma da legislação Federal pertinente, parcelar débitos patronais existentes."

**Art. 3º** Aplicam-se, nos contratos de parcelamento em vigor assinados até a presente data, os termos da presente Lei, que retroage seus efeitos a 31 de maio de 2009.

**Art. 4º** Permanecem inalterados os demais dispositivos e condições estabelecidas na Lei nº 4.175, de 16 de fevereiro de 2007.

**Art. 5º** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 1º de setembro de 2009

**Eugenio Pinto**  
Prefeito Municipal

**Wandick Robson Pincer**  
Presidente do IMP

**Waldir Aparecido Melo**  
Secretário Municipal de Finanças

**Osmar de Andrade**  
Procurador-Geral do Município



## ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

### 1. ENTE

Nome: Prefeitura Municipal de Itaúna / MG  
Endereço: Praça Dr. Augusto Gonçalves, 538  
Centro  
Bairro: (037) 3241-1212  
Telefone:

CNPJ: 18.309.724/0001-87  
Complemento:  
CEP: Prédio Central  
35680-054  
E-mail: gabinete@itauna.mg.gov.br

### 2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome: Osmundo Pereira da Silva  
Cargo: Prefeito  
E-mail: imp@nwnet.com.br

CPF: 127.083.216-68  
Complemento do Cargo:  
Data Início de Gestão: 01/01/2013

### 3. UNIDADE GESTORA

Nome: Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Itaúna - IMP  
Endereço: Rua João de Cerqueira Lima, 167  
Centro  
Bairro: (037) 3249-3766  
Telefone:

CNPJ: 00.124.513/0001-04  
Complemento:  
CEP: Casa  
35680-063  
E-mail: diretoria@impitauna.com.br

### 4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Nome: Célio Gonçalves de Freitas  
Cargo: Diretor  
Telefone: (037) 3249-3766

CPF: 363.690.396-91  
Complemento do Cargo: Geral  
E-mail: imp@nwnet.com.br

### 5. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome: Wandick Robson Pincer  
Telefone: (037) 3249-3754  
Data de envio: 01/12/2016

CPF: 357.811.736-68  
E-mail: controle@impitauna.com.br

*(Handwritten signatures)*





PREVIDÊNCIA SOCIAL  
Secretaria de Políticas de  
Previdência Social

## ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

### 6. DADOS DO ACORDO

Reparcelamento:	Não	Número do acordo:	00921/2016	Valor consolidado:	2.440.916,36	Data de consolidação do termo:	01/12/2016
Rubrica:	Contribuição Patronal	Valor da parcela inicial:	40.681,94	Data de assinatura do Termo:	07/12/2016		
Lei autorizativa do parcelamento:	Lei Municipal nº 4.175, de 16-02-2007	Quantidade de Parcelas:	60	Data de vencimento da 1ª parcela:	07/01/2017		
Competência:	Início: 06/2016 Final: 10/2016			Critério de atualização:			
Critérios de atualização para consolidação do débito:		Taxa de juros:	0,50 am	Tipo de juros:	Simples	Multa:	2,00 %
Índice:	IGP-M	Taxa de juros:	0,50 am	Tipo de juros:	Simples		
Critérios de atualização das parcelas vincendas:		Taxa de juros:	0,50 am	Tipo de juros:	Simples		
Índice:	IGP-M	Taxa de juros:	0,50 am	Tipo de juros:	Simples	Multa:	2,00 %
Critérios de atualização das parcelas vencidas:		Taxa de juros:	0,50 am	Tipo de juros:	Simples		
Índice:	IGP-M	Taxa de juros:	0,50 am	Tipo de juros:	Simples	Multa:	2,00 %

### 7. DADOS DAS TESTEMUNHAS

TESTEMUNHA - 1:	Nome: HELTON JOSÉ TAVARES DA CUNHA Telefone: (037) 9105-5892	Cargo: OFICIAL ADMINISTRATIVO E-mail: heltonjt@yahoo.com.br
TESTEMUNHA - 2:	Nome: VANEIDA NOGUEIRA MILEIB Telefone: (037) 9947-4945	Cargo: CONTABILISTA E-mail: contabilidade@itauna.mg.gov.br

### 8. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS E VALORES PAGOS

### 9. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS E VALORES PAGOS EM ATRASO (Juros e multa em caso de mora)

